

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO/2022 A DEZEMBRO/2022

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹	
	(Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													
	Jan/22	Fev/22	Mar/22	Abr/22	Mai/22	Jun/22	Jul/22	Ago/22	Sep/22	Out/22	Nov/22	Dez/22	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	4.102.459,83	4.139.927,54	3.761.892,44	4.406.875,31	5.409.624,88	5.557.847,32	6.756.293,80	5.920.699,67	5.786.668,09	6.124.946,16	6.792.475,08	13.288.701,95	72.048.412,07	0,00
Pessoal Ativo	2.971.684,88	2.974.032,53	2.560.447,64	2.824.773,30	3.825.861,38	4.286.072,54	4.197.873,90	4.456.346,40	4.159.380,00	4.468.527,86	5.096.738,80	10.650.770,47	52.472.509,70	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	2.534.676,05	2.533.554,03	2.138.148,08	2.346.590,64	2.888.037,16	3.814.360,43	3.671.050,84	3.957.614,67	3.669.860,61	3.979.286,63	4.607.565,90	9.698.334,49	45.839.079,53	0,00
Obrigações Patronais	437.008,83	440.478,50	422.299,56	478.182,66	937.824,22	471.712,11	526.823,06	498.731,73	489.519,39	489.241,23	489.172,90	952.435,98	6.633.430,17	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.130.774,95	1.165.895,01	1.201.444,80	1.582.102,01	1.583.763,50	1.271.774,78	2.558.419,90	1.464.353,27	1.627.288,09	1.656.418,30	1.695.736,28	2.637.931,48	19.575.902,37	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	901.990,77	936.810,84	972.660,63	1.353.317,84	1.282.133,89	1.041.466,80	1.970.380,84	1.234.045,28	1.396.580,11	1.420.971,59	1.453.720,67	1.844.441,99	15.808.521,26	0,00
Pensões	228.784,18	229.084,17	228.784,17	228.784,17	301.629,61	230.307,98	588.039,06	230.307,98	230.707,98	235.446,71	242.015,61	793.489,49	3.767.381,11	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	774.479,94	789.224,87	757.962,85	831.074,06	1.618.677,93	1.010.776,07	1.741.819,39	2.347.449,42	883.580,55	867.348,73	1.131.167,74	1.860.961,78	14.614.523,33	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração ²	89.399,51	104.456,72	89.399,51	89.399,51	457.326,69	88.878,17	903.305,67	1.590.091,92	127.026,30	110.757,39	187.157,39	114.106,31	3.951.305,09	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ³	685.080,43	684.768,15	688.563,34	741.674,55	1.161.351,24	921.897,90	838.513,72	757.357,50	756.554,25	756.591,34	944.010,35	1.746.855,47	10.663.218,24	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.327.979,89	3.350.702,67	3.003.929,59	3.575.801,25	3.790.946,95	4.547.071,25	5.014.474,41	3.573.250,25	4.903.087,54	5.257.597,43	5.661.307,34	11.427.740,17	57.433.888,74	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LÍQUIDO												VALOR	% SOBRE RCL AJUSTADA	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)												91.405.979,91	2,77	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)												2.103.000,00	-	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, §16, da CF) (VI)												-	-	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)												91.403.876,91	2,76	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III + III b)												57.433.888,74	0,06%	
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)												82.263.489,22	0,09%	
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)												78.150.514,76	0,09%	
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)												74.037.140,30	0,08%	

FONTE: SIAFIM/G, Diretoria Executiva de Finanças, em 18/01/2023; Receita Corrente Líquida, conforme informação da DCF/CS/SG/ST/SEF-MG, em 18/01/2023 às 16:24.

NOTAS

- Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuaram a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser
- O valor total das Despesas de Exercícios Anteriores no período foi de R\$ 14.962.023,89. Deste total, o montante R\$ 11.010.718,80 não foi considerado nas deduções por se tratar de despesa dentro do período de apuração.
- Conforme Lei Complementar 178/2021 - Art. 16, que altera o §3º do Art. 19 da Lei Complementar 101/2000, para a dedução da despesa bruta com pessoal, foram consideradas somente as despesas custeadas com recursos das fontes 42 e 43.

Desembargador Rúbio Paulino Coelho, Presidente; Giovanni Viana Mendes, Secretário Especial da Presidência; Luiz Gustavo Cyrino Viana, Diretor-Executivo de Finanças; Frederico Braga Viana, Auditor Interno.

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO / DEZEMBRO / 2022

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso II, alínea "a")

RS 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (h) = (f - g)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)				
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	32.184.549,90	1.773.150,71	15.346.818,29	229.074,43	508.021,70	14.327.484,77	4.593.593,02	0,00	9.733.891,75
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	2.578.422,69	1.612.768,81	721.711,19	0,00	243.942,69	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS	2.578.422,69	1.612.768,81	721.711,19	0,00	243.942,69	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Extraorçamentários Vinculados a Precatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Extraorçamentários Vinculados a Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Extraorçamentários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	34.762.972,59	3.385.919,52	16.068.529,48	229.074,43	751.964,39	14.327.484,77	4.593.593,02	0,00	9.733.891,75

FONTE: SIAFIM/G, Diretoria Executiva de Finanças - DIRFIN, 18/01/2023, 18:09.

NOTAS: (1) A disponibilidade de caixa do Regime Próprio de Previdência Social/RPPS está comprometida com o mesmo.

(2) A disponibilidade de caixa líquida inclui o valor de R\$ 1.661.574,05 relativo aos recursos não vinculados a receber do Tesouro Estadual conforme saldo da conta contábil 1.1.3.8.2, Unidade Orçamentária 1.05.1.

Desembargador Rúbio Paulino Coelho, Presidente; Giovanni Viana Mendes, Secretário Especial da Presidência; Luiz Gustavo Cyrino Viana, Diretor-Executivo de Finanças; Frederico Braga Viana, Auditor Interno.

ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO/2022

LRF, art. 48 - Anexo 6 Portaria STN nº 924, de 08/07/2021 alterada pela Portaria STN nº 1.130, de 04/11/2021 R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O 4º QUADRIMESTRE DE 2022
Receita Corrente Líquida	91.403.876.912,77

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	57.433.888,74	0,06%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	82.263.489,22	0,09%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	78.150.314,76	0,09%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	74.037.140,30	0,08%

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	R\$ 4.593.593,02	R\$ 9.733.891,75

FONTE: Anexos 1 e 5. SIAFI/MG, Diretoria Executiva de Finanças - DIRFIN, 24/01/2022, 18:17; Receita Corrente Líquida, conforme informação da DCICF/SCCG/STE/SEF-MG, em 18/01/2023 às 16:24.

Desembargador Rúbio Paulino Coelho, Presidente; Giovani Viana Mendes, Secretário Especial da Presidência; Luiz Gustavo Cyrino Viana, Diretor-Executivo de Finanças; Frederico Braga Viana, Auditor Interno.

GERÊNCIA JUDICIÁRIA

PRIMEIRA CÂMARA PARA CIÊNCIA DAS PARTES

- SESSÃO PRESENCIAL - CONVOCAÇÃO/INTIMAÇÃO

De ordem do Exmo. Sr. Presidente da Primeira Câmara do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, Desembargador Fernando Galvão da Rocha, convoco os Exmos. Srs. Desembargadores, convido a Exma. Sra. Procuradora de Justiça e intimo as partes e seus advogados para a **Sessão Ordinária Presencial da Primeira Câmara designada para o dia 14/02/2023 (terça-feira), às 14 h**, a ser realizada na sede da Justiça Militar, situada na rua Tomaz Gonzaga, 686 – Edifício Tancredo Neves, bairro de Lourdes, 6º Andar, quando deverão ser julgados os processos da pauta a seguir publicada.

Nas sessões presenciais na sede do Tribunal, é permitido ao advogado com domicílio profissional em cidade diversa daquela onde está sediado o Tribunal realizar sustentação oral por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real, desde que o requeira até 24 (vinte e quatro) horas antes da data designada para realização da sessão, nos termos do art. 135, §§1º e 2º, do Regimento interno.

Belo Horizonte, 27 de janeiro de 2023

Diretor Executivo: Eli Alvarenga

MATÉRIA CRIMINAL

HABEAS CORPUS

Processo eproc n. 2000173-03.2022.9.13.0000

Referência: Processo eproc n. 2000528-04.2022.9.13.0003

Relator: Desembargador Osmar Duarte Marcelino

Paciente: Elifas Pereira dos Santos

Impetrante/Advogada: Sueli dos Santos Pereira Silva (OAB/MG 161120)

Autoridade apontada como coatora: Juíza Titular da 3ª AJME

APELAÇÃO

Processo eproc n. 2000492-93.2021.9.13.0003

Relator: Desembargador Osmar Duarte Marcelino

Revisor: Desembargador Fernando Galvão da Rocha